

1990.26.01	Recursos Decorrentes da Prestação de Contas de Campanha Eleitoral - Fontes Vedadas	P	00
1990.26.02	Recursos Decorrentes da Prestação de Contas de Campanha Eleitoral - Fontes não Identificadas	P	00

RP = Identificador de Resultado Primário (P = Primária e F = Financeira).

Art. 2º Excluir do Anexo à Portaria referida no art. 1º a seguinte natureza de receita:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	RP	FONTE
1340.03.01	Receita da Supressão Vegetal no Interior das Florestas Nacionais	P	07

RP = Identificador de Resultado Primário (P = Primária e F = Financeira)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

## SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

### PORTARIA Nº 242, DE 26 DE JULHO DE 2010

A SECRETÁRIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-lei nº 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98 c/c art. 17, § 2º, Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, c/c art. 2º § 2º, Decreto-Lei nº 1.561, de 13 de julho de 1997, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público o imóvel da União, localizado às margens do Rio Mandacaru, no Bairro Padre Zé, Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, com área total de 116.696,56 m², para fins de projeto de provisão habitacional de interesse social que beneficiará 224 famílias, identificado nos autos do processo nº 04931.001578/2008-99.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º é de interesse público na medida em que será destinado à execução de projeto de regularização fundiária de interesse social, direcionado ao atendimento de famílias com renda mensal de 0 a 5 salários mínimos.

Art. 3º A Superintendência do Patrimônio da União no Estado da Paraíba dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição e à Prefeitura Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRA RESCHKE

### PORTARIA Nº 246, DE 27 DE JULHO DE 2010

A SECRETÁRIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso III, da Portaria MP nº 211, de 28 de abril de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007 e os elementos que integram o Processo nº 05056.000047/2001-31, resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação da cessão de uso gratuito ao Município de Cascavel, Estado do Paraná, pelo prazo de 05 anos, a contar de 17 de agosto de 2010, do imóvel urbano, constituído por terreno com área de 3.500,00m² e acessórios 367,64m², situado na Rua Ernesto Farina, nº 555, parte da quadra 12 e parte da quadra 22, Jardim Jussara, naquele Município, em consonância ao disposto no § 2º, art. 2º, da Portaria MP nº 167, de 14 de julho de 2005, DOU de 15.7.2005, seção I, página 124.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRA RESCHKE

## SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO PARANÁ

### PORTARIA Nº 29, DE 28 DE JULHO DE 2010

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 1º, inciso V, da Portaria MP/SPU nº 200, de 29 de junho de 2010 e tendo em vista o Art. 6º, § 1º e § 2º, da Lei nº 11.483 de 31 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º Indicar o bem imóvel não operacional da extinta Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, constituído de terreno com 2.515,77m², situado no Jardim Nikko, município de Londrina/PR, registrado sob matrícula nº 969, contendo uma casa em alvenaria com 175,74m², não averbada, à Caixa Econômica Federal - CEF, Agente Operador do Fundo Contingente, para alienação.

Art. 2º Colocar o processo nº 04936.006005/2009-92 à disposição do Agente Operador do Fundo Contingente da extinta Rede Ferroviária Federal S/A.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO SABATKE DIZ

## Ministério do Trabalho e Emprego

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA Nº 1.807, DE 30 DE JULHO DE 2010

O MINISTRO DO TRABALHO E EMPREGO - INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, os arts. 74, § 2º, e 913 da Consolidação das Leis do Trabalho, o art. 13 da Portaria 1.510 de 21 de agosto de 2009 e observado o Certificado de Conformidade de REP emitido pela Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL, de nº REP059/010, decide:

Art. 1º Aprovar o registro do equipamento Registrador Eletrônico de Ponto (REP), marca SANVITRON, modelo P1510-BIOPROX, sob número de registro 00072, fabricado por SANVITRON CONTROLE E AUTOMAÇÃO LTDA., CNPJ 01.624.853/0001-67, cadastro de fabricante de REP no MTE nº 00018, objeto do processo nº CAAD/SIT/MTE 46017.014789/2010-88, protocolizado no dia 14 de junho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO DOS SANTOS PINTO

#### PORTARIA Nº 1.808, DE 30 DE JULHO DE 2010

O MINISTRO DO TRABALHO E EMPREGO - INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, os arts. 74, § 2º, e 913 da Consolidação das Leis do Trabalho, o art. 13 da Portaria 1.510 de 21 de agosto de 2009 e observado o Certificado de Conformidade de REP emitido pela Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL, de nº REP060/010, decide:

Art. 1º Aprovar o registro do equipamento Registrador Eletrônico de Ponto (REP), marca SANVITRON, modelo P1510-BARRAS, sob número de registro 00071, fabricado por SANVITRON CONTROLE E AUTOMAÇÃO LTDA., CNPJ 01.624.853/0001-67, cadastro de fabricante de REP no MTE nº 00018, objeto do processo nº CAAD/SIT/MTE 46017.014790/2010-11, protocolizado no dia 14 de junho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO DOS SANTOS PINTO

#### PORTARIA Nº 1.809, DE 30 DE JULHO DE 2010

O MINISTRO DO TRABALHO E EMPREGO - INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, os arts. 74, § 2º, e 913 da Consolidação das Leis do Trabalho, o art. 13 da Portaria 1.510 de 21 de agosto de 2009 e observado o Certificado de Conformidade de REP emitido pela Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL, de nº REP062/010, decide:

Art. 1º Aprovar o registro do equipamento Registrador Eletrônico de Ponto (REP), marca SANVITRON, modelo P1510-PROX, sob número de registro 00073, fabricado por SANVITRON CONTROLE E AUTOMAÇÃO LTDA., CNPJ 01.624.853/0001-67, cadastro de fabricante de REP no MTE nº 00018, objeto do processo nº CAAD/SIT/MTE 46017.014792/2010-00, protocolizado no dia 14 de junho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO DOS SANTOS PINTO

#### PORTARIA Nº 1.810, DE 30 DE JULHO DE 2010

O MINISTRO DO TRABALHO E EMPREGO - INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, os arts. 74, § 2º, e 913 da Consolidação das Leis do Trabalho, o art. 13 da Portaria 1.510 de 21 de agosto de 2009 e observado o Certificado de Conformidade de REP emitido pela Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL, de nº REP061/010, decide:

CÉLIA CORRÊA

Art. 1º Aprovar o registro do equipamento Registrador Eletrônico de Ponto (REP), marca SANVITRON, modelo P1510-BIOPROX, sob número de registro 00070, fabricado por SANVITRON CONTROLE E AUTOMAÇÃO LTDA., CNPJ 01.624.853/0001-67, cadastro de fabricante de REP no MTE nº 00018, objeto do processo nº CAAD/SIT/MTE 46017.014791/2010-57, protocolizado no dia 14 de junho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO DOS SANTOS PINTO

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM SÃO PAULO

### PORTARIA Nº 66, DE 23 DE JULHO DE 2010

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo nº 46255.002237/2010-14, resolve:

Conceder autorização à empresa CORREIAS MERCÚRIO S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação, em seu estabelecimento situado à Rua José Spina, nº 10, Bairro: Vila Jundiainópolis, Cidade: Jundiá, Estado: São Paulo, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, pelo prazo de 02 (dois) anos a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. O horário a ser observado é o que consta da fls. 30/31 do referido processo. Outrossim, observa-se que a presente autorização é para os setores abrangidos pela cláusula 3ª do Acordo Coletivo de Trabalho 2009/2011 e estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

MAKOTO SATO

## SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

### DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL Em 30 de julho de 2010

O Coordenador-Geral de Recursos - Substituto da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "a", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto no artigo 1º §1º da lei nº 9.873/99, e de acordo com o disposto no artigo 637 da CLT, decidiu os seguintes processos de Autos de Infração, negando provimento ao recurso ex-offício, para declarar a ocorrência da prescrição prevista no art. 1º-A da Lei nº 9.873/99, uma vez que após a constituição do crédito de multa, o processo permaneceu paralisado por cinco, tendo a Administração, por isso, perdido a prerrogativa de executá-lo.

Nº	PROCESSO	EMPRESA	UF
1	46218.005410/93	Abase - Ass. Basica e Serviços Ltda.	RS
2	46218.005410/93	Abase - Ass. Basica e Serviços Ltda.	RS
3	46218.003222/93	Abastecedora Princesa do Sul Com. de Combustiveis Ltda.	RS
4	46218.003222/93	Abastecedora Princesa do Sul Com. de Combustiveis Ltda.	RS
5	46218.003025/93	Achuiles Martins de Carvalho	RS
6	46218.004902/94	Açoflex Cadeiras para Escritório Ltda.	RS
7	46218.004902/94	Açoflex Cadeiras para Escritório Ltda.	RS
8	46218.003072/93	Agostinho Saling	RS
9	35477.001900/92	Amortização Padre Reus Ltda.	RS
10	46218.005368/93	André Santos e Cia. Ltda.	RS
11	46218.005368/93	André Santos e Cia. Ltda.	RS
12	46218.005405/93	Aparas Abdalla Ltda.	RS
13	46218.000082/94	Asun Com. de Generos Alimentícios Ltda.	RS
14	46218.004382/94	Atacadista de Cereais Mariani Ltda.	RS



